

A DINÂMICA ESPACIAL DO IMPERIALISMO NO SÉCULO XXI

THE SPATIAL DYNAMICS OF IMPERIALISM IN THE 21ST CENTURY

Lucas Gama Lima

Universidade Federal de Alagoas – UFAL
Campus do Sertão, Delmiro Gouveia (AL), Brasil
Rua Tavares Bastos, 142A, Campo Grande, Delmiro Gouveia
lucas.lima@delmiro.ufal.br

Recebido 22 de maio de 2016, aceito 18 de agosto de 2016

RESUMO - O presente artigo objetiva refletir acerca das singularidades do imperialismo contemporâneo. O imperialismo recrudescer sua capacidade expropriadora e perdulária, através da formação de um sistema imperialista em escala mundial, que entrecruza os interesses dos diversos capitais situados em distintas formações sociais. O alcance hegemônico do capital financeiro e a disseminação de sua face parasitária, o capital fictício, instou em escala mundial a interpenetração de propósitos entre as corporações sediadas em inúmeros países e os Estados. Nas novas condições em que se delinea o processo de acumulação do capital, verifica-se a (re)significação de sua escala de atuação. O capitalismo continua a depender da escala local para a valorização do capital, produção/realização de mais-valor por meio do trabalho explorado, porém, o processo de acumulação, descolou-se da escala local, forjando um processo de auferição de lucros (fictícios) que se consuma em escala mundial. Ou seja, a produção puramente abstrata de riqueza (re)significou a produção espacial, pois mesmo sendo imprescindível a subordinação do espaço absoluto – enquanto relativo – para a continuidade da produção de mais-valor, este espaço absoluto inscreve-se numa trama muito mais complexa que outrora, uma vez que seu destino está lançado em outra escala. O que se deseja afirmar é que no impe-

rialismo contemporâneo, os interesses traçados em escala mundial, mais que em qualquer outro momento, exerce uma prevalência sobre a reprodução espacial. A permanência dos investimentos de uma empresa situada em um determinado lugar está em função da capacidade de promoção de lucros e da continuidade do ciclo vicioso que remunera o capital portador de juros e sua derivação mais abstrata, o capital fictício, ambos, integrantes do capital financeiro. Logo, o que rege a localização e deslocalização dessas empresas, portanto, é a capacidade de atender a este diverso e seleto grupo de usurpadores da riqueza social.

Palavras-chave: Escala, Imperialismo, Capital.

ABSTRACT - The current article aims to speculate about the singularities of contemporary imperialism. The imperialism recrudesced its expropriating and prodigal capacity, through the shaping of an imperialistic system in a worldwide scale, which intercrosses the interests of several capitals located in distinct social formations. The financial capital's hegemonic reach and dissemination of its parasitical face, the fictitious capital, appealed the interpenetration of purposes in a worldwide scale among corporations headquartered in myriad Countries and States. Under new conditions wherein is outlined capital's accumulation process, is ascertained the (re) significance of its operation's scale. Capitalism continues to rely on the local scale for the appreciation of capital, production/accomplishment of Surplus value through exploited work, however, the accumulation process, is disengaged from the local scale, forging a process of (fictitious) profits' admeasurements that consumes itself in a worldwide scale. In as much as, the production purely abstract of wealth (re) signified the spatial production, for as much as, even being indispensable the subordination of absolute space -whereas relative – for the surplus value's production continuity of, such absolute space scribes itself in a plot much more complex than erstwhile, once its destiny is released in other scale.

What is craved to affirm is that in the contemporary imperialism, the interests traced in a worldwide scale - more than any other moment - exert prevalence over the spatial reproduction. The investments abundance of a company located in a determined place is in function of profits' promotions capacity and the continuity of the vicious cycle that remunerates the capitals' interest carrier and its more abstract derivation, the fictitious capital, both, members of the financial capital. Hence, what conducts the placement and displacement of these companies, therefore, is the capacity to attend this diverse and select group of social wealth's arrogators.

Keywords: Scale, Imperialism, Capital.

INTRODUÇÃO

Parte-se do pressuposto que o capital é uma relação social destinada à exploração do mais-valor, que comanda a (re)produção do espaço. Seu processo de rotação (P-D-C-C) se materializa espacialmente como resultado e condição de auferimento do lucro. Como a dinâmica espacial de acumulação de capital não ocorre sem sobressaltos, ela é peremptoriamente marcada por crises, que ensejam a inscrição de novas relações sociais no espaço, como contratendência à crise. Um dos recursos comumente utilizados como contratendência à crise é a mobilidade espacial e a interface interescalar, promovidas pelo próprio capital.

Desde as primeiras crises, registradas ainda no século XIX, o capital buscou contornar os obstáculos à reprodução por meio do deslocamento espacial, ou seja, através da produção do espaço absoluto/relativo, mediado por uma relação interescalar de acumulação. Assim foi gestado o imperialismo. Ele correspondeu à emergência de uma fase do modo de produção capitalista, alicerçada na mobilidade espacial do capital e na tessitura de uma dinâmica interescalar de acumulação de capital, que rompeu com os limites nacionais. Entretanto,

a mundialização do capital, em meados da década de 1970, ressignificou a mobilidade espacial e a acumulação interescalar, uma vez que a emergência do capital financeiro e de sua face mais perdulária, o capital fictício, foi condensada pelo fim do Acordo de Bretton Woods, pela flexibilização das fronteiras e pela paulatina desregulamentação do trabalho.

Dessa forma, faz-se necessário investigar a singularidade/totalidade em que se delinea o imperialismo contemporâneo. Trata-se de uma análise de cunho teórico, à luz da contribuição de autores da Geografia e de outros ramos das Ciências Humanas, que deita raízes no materialismo histórico dialético, com o fito de decodificar as contradições presentes à produção espacial escalar engendrada pelo capital. A investigação está dividida em duas partes: a) uma análise processual da produção espacial escalar do capital, enquanto ontogênese de seu próprio movimento e; b) uma análise das alterações no modo de produção capitalista, originadas no último quartel do século XX, e da dinâmica interescalar de acumulação de capital, que conformaram o imperialismo contemporâneo.

A PRODUÇÃO ESPACIAL ESCALAR DO CAPITAL

A produção e reprodução do capital é uma produção e reprodução espacial. A emergência e a continuidade do modo de produção capitalista condicionam-se à construção de contextos geográficos imersos na lógica do capital, portanto, à construção de relações sociais no/do espaço.

Embora, a produção espacial esteja subordinada às injunções do capital é preciso registrar que a mesma é ontológica ao ser social. Isso significa que a produção espacial corresponde às relações sociais hegemônicas em um determinado momento histórico. Como explica Lima (2012):

Desde a mais tenra existência humana, indivíduos constroem uma relação social que também é espacial. Assim as comunidades tribais da chamada Pré-História organizavam-se em áreas de dimensões restritas, porém com propósitos coletivistas, o que acarretava a edificação de obras, cujo acesso fosse assegurado a todos que pertenciam àquelas. A produção espacial, inserida no bojo do conteúdo das relações sociais de um determinado período é, portanto, ontológica ao ser social. Isso significa que o homem, em sua relação metabólica com a natureza, através do trabalho, permite a elaboração de um novo produto, a sua reprodução enquanto trabalhador e, inevitavelmente, a produção do espaço (Lima, 2012: p. 133).

Harvey (2009) apesar de reconhecer que Marx legou observações fragmentadas acerca do tema ao longo de sua vasta obra, afirma que Marx “reconocía que la acumulación de capital se produce en un contexto geográfico y que a su vez produce tipos específicos de estructuras geográficas” (Harvey, 2009: p. 255), demonstrando ser possível relacionar as condições objetivas gerais de crescimento econômico com uma estrutura de relações espaciais.

Em diversas passagens do Grundrisse, Marx sublinha que o processo de rotação do capital (P-D-C-C), muitas vezes se realiza em pontos distantes, galvanizando a expansão das relações sociais de produção capitalista a outros rincões do planeta e, desse modo, produzindo um novo espaço. A explicação fundamenta-se nas próprias condições materiais da (re)produção do capital que impõem limites a sua realização ampliada (ou pelo menos, a extração média

do lucro) no âmbito do mesmo *locus* espacial de sua produção, exigindo, doravante, uma extensão das formas sociais em que se extraem o mais-valor.

A criação de mais-valor absoluto pelo capital – mais trabalho objetivado – tem por condição a ampliação do círculo da circulação, e ampliação constante. O mais-valor criado em um ponto requer a criação do mais-valor em outro ponto, pelo qual possa se trocar [...]. Por essa razão, uma condição da produção baseada no capital é a produção de um círculo sempre ampliado da circulação, seja o círculo diretamente ampliado ou sejam criados nele mais pontos como pontos de produção. O capital, portanto, da mesma maneira que, por um lado, tem a tendência de criar continuamente mais trabalho excedente, tem a tendência complementar, por outro, de criar mais pontos de troca; considerado aqui do ponto de vista do mais-valor absoluto ou do trabalho excedente, de causar mais trabalho excedente como complemento para si mesmo; no fundo de propagar a produção baseada no capital ou o modo de produção que lhe corresponde. A tendência de criar o mercado mundial está imediatamente dada no próprio conceito do capital. Cada limite aparece como barreira a ser superada (Marx, 2011: p. 332).

Marx concebia que o capital, embebido em sua própria insaciedade, necessita, peremptoriamente, mover-se, buscando sua auto reprodução. Nessa saga, vai demolindo barreiras espaciais e costurando novas dinâmicas condizentes com seus propósitos mais imediatos. Por isso, a fluidez é a sua tônica, não respeitando as fronteiras e limites geográficos.

O capital, de acordo com essa sua tendência, move-se para além tanto das fronteiras e dos preconceitos nacionais quanto da divinização da natureza, bem como da satisfação tradicional das necessidades correntes, complacientemente circunscrita a certos limites, e da reprodução do modo de vida anterior. O capital é destrutivo disso tudo e revoluciona constantemente, derruba todas as barreiras que impedem o desenvolvimento das forças produtivas, a ampliação das necessidades, a diversidade da produção e a exploração e a troca das forças naturais e espirituais (Marx, 2011: p. 334).

À luz dessas pistas deixadas por Marx podemos afirmar que, sob os imperativos do capital, o espaço na sociedade capitalista é permanentemente produzido. Não se trata tão somente do espaço absoluto, enquanto matéria ou natureza, mas também do espaço relativo. Como explicou Smith (1988), é mister o entendimento da imbricação entre essas duas dimensões do espaço.

Se a produção-reprodução do espaço geográfico obedece ao mesmo ritmo de produção-reprodução do capital, que determina a reprodução das classes sociais, entendemos que ela se dá por meio da relação das diversas totalidades do espaço (Silva, 2001: p. 26).

Em outras palavras, trata-se da unidade dialética que contempla as alterações protagonizadas pelo capital na paisagem geográfica, aliada às alterações nas relações sociais hegemônicas em determinado momento histórico.

[...] desvenda-se o espaço em sua dupla determinação: enquanto localização de todas as atividades da sociedade em seu conjunto, e enquanto processo e movimento definido e determinado pelo conjunto das relações sociais em seus momentos constitutivos específicos. Nessa direção, o espaço é o lugar da reprodução social de forma indissociável, mas também o produto, meio e condição dessa reprodução (Carlos, 2011: p. 81).

A mobilidade do capital advém do desejo do capitalista que necessita assegurar a reprodução ampliada do mesmo, sob pena de ser anulado pela concorrência, uma vez que não existe um equilíbrio no capitalismo.

O capital, em seu processo de acumulação, de reprodução ampliada, é portador da compulsão irrefreável a crescer. Não pode prender-se a uma região, a um país, não tem limites geográficos a respeitar (Dantas, 2012: p. 41).

A imperiosa necessidade de expansão do capital, portanto, decorre da própria contradição presente às relações sociais capitalistas, pautada na produção socializada e na apropriação privada, que tende a criar um processo de superprodução de capital, mais precisamente, de crise. Isso significa dizer que a concentração espacial da extração de mais-valor (através da imobilização de capital no espaço), como forma de valorização do capital produtivo, tende a gerar um excesso de capital (seja na forma de capital constante ou na forma de capital-mercadoria a ser comercializada) e, por conseguinte, uma queda tendencial dos lucros. Como explica Harvey (2009):

La emergencia de una estructura espacial específica con el ascenso del capitalismo no es un proceso libre de contradicciones. Para superar los obstáculos espaciales [...], se crean estructuras espaciales que acaban por convertirse ellas mismas en obstáculos para la nueva acumulación. Estas estructuras espaciales se expresan, por supuesto en la forma fija e inamovible de los medios de transporte, la fábrica y otros medios de producción y consumo que no se pueden mover sin ser destruidos. El paisaje geográfico que el capital fijo e inmóvil comprende es a un tiempo la gloria coronada del anterior desarrollo del capital y una prisión que inhibe un mayor progreso de la acumulación [...] (Harvey, 2009: p.265).

Sublinhamos que o curso do processo de imobilização de capital constante no espaço absoluto que altera a dinâmica do espaço relativo de modo conveniente aos interesses do capital, a saber, a extração de mais valor, guarda limites objetivos, uma vez que o capitalista não poderá usufruir do trabalho excedente, indefinidamente, sem que ocorra um processo de superprodução de capital. Dessa feita, como enfatizou Harvey (2009), a construção de uma estrutura geográfica é antítese dialética da revogação dos obstáculos espaciais ao processo de valorização do capital.

Sem dúvidas essa contradição dialética é a alavanca das alterações espaciais sob o modo de produção capitalista. Ela está no DNA do *modus operandi* da produção capitalista e sua síntese não pode ser extirpada, apenas adiada. E seu adiamento reside na (re)produção de mais espaço.

[...] a reprodução do espaço realiza-se pela imposição de uma racionalidade técnica assentada nas necessidades impostas pelo desenvolvimento da acumulação que produz o espaço, enquanto condição/produto da produção da reprodução do capital manifestando as contradições que o capitalismo suscita em seu desenvolvimento impondo limites e barreiras a sua reprodução (Carlos, 2011: p. 79-80).

Por isso, a essencialidade do entendimento da dinâmica espacial de acumulação do capital. A (re)produção de mais espaço, não obstante não supere a contradição basilar do capitalismo, está ancorada na necessidade imanente ao capital de intensificar e expandir o trabalho abstrato como base de seu processo de reprodução ampliada. A intensificação do capital (re)produz relações sociais de cunho capitalista, elevando o grau de exploração do trabalho excedente, enquanto que a expansão geográfica aduz ao prolongamento incessante do trabalho abstrato produtor de valor a outros pontos do planeta.

As contradições do capital são deslocadas no interior de tais limites, e o processo de deslocamento pode continuar apenas até o ponto da saturação final do próprio sistema e o bloqueio das válvulas de escape expansionistas [...], mas não infinita nem indefinidamente. Margens de deslocamento são criadas pela multiplicidade de contradições dadas em uma configuração específica e pelo desenvolvimento desigual, mas certamente não pelo desaparecimento das próprias contradições. Deslocamento significa postergar (não liquidar) a saturação das válvulas de escape disponíveis e a maturação das contradições fundamentais. Também significa estender as fronteiras historicamente dadas do capital, mas não eliminar seus limites estruturais objetivos e explosivos (Mészáros, 2009: p. 587 - 588).

Acerca da expansão do capital no/do espaço, podemos afirmar que ela integra a gênese do imperialismo e foi responsável pela criação de uma relação hierarquizada entre economias capitalistas ao longo de todo o século XX, numa verdadeira relação de centro-periferia. Por quê? Porque o capital indubitavelmente se desloca, ensejando explorar as diferenças espaciais (custo da força de trabalho, renda da terra, legislação conveniente, etc) ao tempo em que uniformiza as condições mínimas para a sua valorização (a expropriação primária ou despojo dos trabalhadores dos meios necessários à reprodução social).

A produção espacial reflete a concorrência capitalista pela maximização dos lucros, que considera necessária a igualização das condições essenciais à reprodução do valor-mercadoria, despojando progressivamente os trabalhadores de vínculos maiores com os meios de produção e incorporando ao solo capital fixo nas condições médias de desenvolvimento das forças produtivas, e a gestação da diferenciação espacial com a apropriação de fontes de matérias-prima mais vantajosas, controle vigoroso do valor da força de trabalho e regulação da legislação do comércio internacional (Lima, 2012: p. 135- 136).

Esse processo, denominado por Smith (1988) de igualização/diferenciação do espaço geográfico, provoca a expansão das relações sociais de produção capitalistas, como parte da mobilidade do capital, produzindo um espaço geográfico que é concomitantemente igualizado nas formas universais de exploração de mais-valor e diferenciado na exploração das condições concretas do espaço absoluto e relativo das formações sociais. A igualização se materializa

com a imobilização do capital no espaço absoluto em investimentos produtivos, visando à exploração do mais-valor e, por consequência, estendendo o trabalho abstrato como forma predominante de relação social. A diferenciação se verifica com o aproveitamento das condições objetivas e singulares do espaço absoluto e/ou a criação de relações sociais convenientes para a exploração do mais-valor em condições extraordinárias, ou seja, a produção de um espaço relativo singular e adequado aos interesses do capital.

A diferenciação do espaço geográfico no último século é um resultado direto da necessidade, inerente ao capital, de imobilizar o capital na paisagem. No processo de produção o objetivo de produzir mais-valor, sendo necessário que grandes quantidades de capital produtivo sejam espacialmente imobilizadas por períodos relativamente longos, na forma de fábricas, maquinaria, vias de transporte, armazéns e uma série de melhoramentos (Smith, 1988: p. 136 - 137).

À luz desta perspectiva afirmamos que o capital, no bojo de sua expansão, delineia uma relação singular – enquanto universal – com o espaço absoluto, gestando um espaço relativo funcional aos seus propósitos mais prementes.

A universalização do trabalho abstrato assalariado e, com ele, do valor; tendência inerente ao capital, conduz inflexivelmente à emancipação das relações e instituições sociais de qualquer espaço absoluto herdado, que anteriormente chamamos de “espaço natural”. Mas a emancipação do espaço natural somente aumenta a necessidade de produzir o espaço relativo (Smith, 1988: p. 132).

Essa relação particular do capital com o espaço tornou-se mais relevante desde a emergência do imperialismo, fase da mais ácida disputa pelas garantias de continuidade da valorização do valor. A dinâmica espacial do capital, através de sua expansão imperialista, criou uma relação entre pontos geográficos distantes no curso de seu processo de valorização, que somente pode ser desnudada com o estudo da relação inter-escalar: trata-se da mediação escalar das alterações espaciais, sob os ditames do capital.

A estrutura geográfica de interações sociais sob o capitalismo produz uma interpenetração hierárquica entre as escalas por onde transita o capital. A produção escalar também passa a deter um novo propósito com o desenvolvimento da sociedade, mediado pelos interesses do capital (Lima, 2012: p. 136).

O capital é responsável pela criação e articulação de diferentes escalas no curso de seu processo de rotação. Como explica Smith (1988), o “capital produz escalas espaciais distintas [...]. As escalas por si mesmas não são fixas, mas se desenvolvem [...] dentro do desenvolvimento do próprio capital” (Smith, 1988: p. 211).

A investigação da interpenetração das escalas no processo de valorização do capital é fundamental para o entendimento dos pressupostos que subjazem à produção capitalista do espaço, qual seja, a perpétua criação de totalidades espaciais assinaladas por tempos diferentes que se entrelaçam.

Ao mesmo tempo em que está havendo produção imediata, em uma das totalidades espaciais, ligadas a um determinado processo produtivo, pode estar acontecendo a realização de mercadorias produzidas em circuitos de outras totalidades, e também a circu-

lação econômica e a distribuição advindas de outros processos de trabalho. O que há é um entrelaçamento de situações próprias de relações de produções diversas em um momento do espaço, ou em várias totalidades espaciais ao mesmo tempo. Aí está a articulação íntima entre todos os momentos do espaço geográfico. Com isso queremos afirmar que a produção capitalista do espaço geográfico é constituída de inúmeros processos de trabalho e em cada totalidade geográfica desenvolvem-se relações variadas que não pertencem ao mesmo circuito produtivo ou à mesma rotação do capital. Este pode se iniciar em uma totalidade de uma cidade ou de um estado e terminar noutra muito distante, quem sabe em outro país (Silva, 2001: p. 26 - 27).

A PRODUÇÃO ESPACIAL ESCALAR SOB A FASE IMPERIALISTA DO CAPITALISMO

Como se analisa no presente trabalho, o capital encontrou a forma social mais adequada para a sua (re)produção: o capitalismo. As relações sociais inscritas no capitalismo permitiram o pleno florescimento das outras facetas do capital, como o capital industrial e o capital financeiro.

O capital existe e só pode existir como muitos capitais e, conseqüentemente, a sua autodeterminação aparece como ação recíproca desses capitais uns sobre os outros (Marx, 2011: p. 338).

Antes da emergência da fase imperialista do capitalismo, assinalada pela maiúscula concentração e centralização de capitais e também pelo protagonismo

do capital financeiro na tentativa de hegemonizar a ordenação da economia mundial no início do século XX, a (re)produção do capital se realizava, predominantemente, dentro da escala nacional. O capitalismo ainda não se encontrava plenamente internacionalizado e o estado da economia ainda não permitia deslocamentos espaciais do capital em distância e volumes maiores. Pode-se afirmar, então que o capitalismo começava a abocanhar, paulatinamente, o planeta, mas ainda detinha, como lócus espacial de valorização do valor, a escala nacional.

O Estado cumpria um papel essencial na primazia da escala nacional, pois o excesso de protecionismo ao tempo que criava as condições para o fortalecimento das corporações sediadas sobre seu território, também impunha restrições aos capitais oriundos do exterior – de certa maneira, freando o processo de internacionalização do capitalismo. Através da escala nacional, o Estado assegurava que a classe capitalista pudesse extrair o trabalho excedente por meio da cristalização dos investimentos produtivos na escala local. Esta dimensão escalar é originariamente o lócus da exploração do valor, pois por meio dela, o capitalista despoja os meios de produção da classe trabalhadora, estendendo o trabalho abstrato como forma hegemônica das relações sociais.

Os acontecimentos que transformaram os cultivadores em assalariados e seus meios de subsistência e de trabalho em elementos materiais do capital criam para este (o capital) seu mercado interior (Marx, 1981: p. 86).

Desta feita, afirma-se que a (re)produção espacial do capital se realizava no capitalismo – antes do advento do imperialismo – por meio, predominantemente, da disputa concorrencial dos capitalistas, afiançados pelo Estado, mediados pelas escalas local e nacional. O processo de internacionalização do capitalismo

ainda era tímido e não havia formado – embora caminhasse para isso – uma massa de capitais, suficientemente concentrada e centralizada que alçasse voos mais longos. O território do capital existia e era continuamente (re)produzido dentro de totalidades mais limitadas, circunscritas às escalas local e nacional.

Mesmo inscrito em totalidades mais limitadas, a saber, as escalas local e nacional, a mobilidade do capital através de sua territorialização/ desterritorialização contribuía para a igualização e diferenciação geográfica no/do espaço, protagonizando o desenvolvimento desigual e combinado no interior das nações, a exemplo da constituição do Mezzogiorno italiano ainda no século XIX.

En su desarrollo en el próprio centro, el capital unifica y diferencia continuamente. También se aprovecha de diferentes mecanismos de centralización entre las diversas regiones del centro: el desarrollo del capitalismo siempre comporta un desarrollo de las desigualdades regionales. Así, pues, cada país desarrollado ha creado en su seno su próprio país subdesarrollado: la mitad meridional de Italia es un claro ejemplo de esto (Amin, 1975: p. 353).

Foi no final do século XIX, com o indiscreto processo de concentração e centralização de capitais – onde se originaram as grandes corporações nacionais – que se registrará, sistematicamente, os deslocamentos espaciais de capitais para o exterior. Os capitalistas buscavam conquistar a reprodução ampliada do capital – ainda que nas economias nacionais não estivessem encerradas as possibilidades de alcance do lucro médio – através de investimentos produtivos em outras nações – majoritariamente, em nações de economias mais atrasadas, diante da complacência de seus Estados e do forte protecionismo das economias

imperialistas – e investimentos em atividades financeiras. Tratava-se da emergência da fase imperialista do capitalismo.

O aparecimento desta fase, decididamente, contribuiu para a internacionalização do modo de produção capitalista, que começou a (res)significar a dinâmica escalar do capital. A produção de mais-valor no âmbito da escala local e nacional ainda concentrava parte significativa dos investimentos, mas as operações de cunho financeiro – seja por meio do capital portador de juros ou do capital fictício – conferiam, grande importância aos interesses da escala mundial. O capital não se detém exclusivamente em uma única escala. Sua compulsória mobilidade é tamanha que seu movimento é uma constante relação interescalar, correspondente ao estágio do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, pois, “como forma generalizada, las condiciones para el capital deben estar desarrolladas no sólo localmente, sino en gran escala” (Marx, 2011, p. 107).

Observava-se uma convergência de interesses, através das sociedades anônimas e do desejo comum de transformar celeremente D-D'. Pode-se afirmar, então, que o imperialismo permitiu as injuntivas da escala mundial na dinâmica das escalas nacional e local, uma vez que a produção social abstrata de riqueza tinha de ser compartilhada com os interesses de investidores “distantes”, proprietários do capital portador de juros e/ou do capital fictício.

Entretanto, o fortalecimento da escala mundial nas determinações das economias nacionais sofreu um duro golpe, com a crise da Bolsa de Valores de Nova York em 1929, e o Acordo de Bretton Woods em 1944 – este último responsável por uma série de restrições à plena atuação das atividades financeiras. Havia um forte questionamento acerca do caráter notadamente volátil das atividades financeiras e sua parca contribuição ao crescimento da economia nacional, além disso, o nacionalismo ainda encontrava eco pensamento social, haja vista os reclames ufanistas para a proteção estatal dos

interesses nacionais. Tudo isso contribuiu para que o alcance da primazia da escala mundial sobre a escala nacional e local fosse adiado.

Por volta de 1913, as economias capitalistas já estavam rumando rapidamente na direção de grandes conglomerados de empreendimentos concentrados, mantidos, protegidos e, até certo ponto, guiados pelos governos. A crise econômica do período entreguerras reforçou a “economia nacional” autocontida da maneira mais espetacular. Durante alguns anos a própria economia mundial pareceu entrar em colapso; à medida que os grandes rios da migração internacional foram minguando, grandes barreiras de controles cambiais limitavam os pagamentos internacionais, o comércio internacional diminuiu, e mesmo os investimentos internacionais mostraram sinais momentâneos de colapso. Uma vez que até os ingleses abandonaram o livre comércio em 1931, parecia claro que os Estados estavam recuando o mais que podiam, num protecionismo tão defensivo que se aproximava de uma política de autarquia, mitigada por acordos bilaterais. Em suma, enquanto uma violenta nevasca fustigativa a economia como um todo, o capitalismo mundial refugiava-se nos iglus de suas economias de Estado-nação e de seus impérios associados (Hobsbawm, 2013: p. 184).

O aprofundamento da internacionalização da economia por meio do aumento dos Investimentos Externos Diretos (IED) e o fim do Acordo de Bretton Woods, em meados da década de 1970, contribuíram para a eclosão de um interregno na fase imperialista do capitalismo, baseado na acumulação mundializada de capital ou como costuma denominar Chesnais (1996), na mundialização do capital. Ao nosso ver, não se trata de uma nova fase do capitalismo, pois esta compreensão analítica implicaria concebê-la como antítese da fase imperialista.

Os tempos são outros e é certo que o imperialismo mudou, de lá para cá, mas o processo imperialista continuou sendo uma chave essencial para se compreender a dinâmica da economia mundial. A economia internacional sofreu inúmeras mutações e, sem deixar de ser o capitalismo imperialista, engendrou a economia planetária tal como a conhecemos [...]. Por mais que se dê voltas com terminologias do tipo neo-capitalismo, globalização, capitalismo organizado, a verdade é que o imperialismo, com suas corporações, suas frações dominantes do capital financeiro, continua centralizando a economia internacional, e assumindo formas e tendências evolutivas em direção à barbárie [...] (Dantas, 2012: p. 32; 33).

Na presente investigação, pressupõe-se que a acumulação mundializada de capital surgiu no âmago da crise estrutural do capital, fortalecendo a fase imperialista do capitalismo – cristalizada na hegemonia do capital financeiro – e adornando-a de um perfil ainda mais expoliador contra os trabalhadores, que busca no desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo a saída para seus impasses.

O capital, assentado na exploração do trabalho assalariado, nunca está em repouso. Pelo contrário, só se pode compreendê-lo como movimento, inclusive desigual e combinado, considerando que há também uma superposição de estágios de desenvolvimento das forças produtivas, operando processo de punção e transferência de mais-valia, determinados por processo de dominação no con-

texto da hierarquia entre os Estados, regiões e corporações num mesmo ramo de produção, com diferentes níveis de produtividade do trabalho e de composição orgânica do capital. Essa natureza desigual e combinada é ainda mais visível no contexto do capitalismo mundializado [...] (Behring, 2012: p. 158).

O último quartel do século XX libertou os grilhões que dificultavam o alcance da hegemonia do capital financeiro por meio da desregulamentação das economias nacionais e impulso à mobilidade de capitais, flexibilizando as fronteiras por meio de uma “destruição criativa” de obstáculos espaciais.

A exigência de fluidez manda baixar fronteiras, melhorar os transportes e comunicações, eliminar os obstáculos à circulação do dinheiro [...], suprimir as rugosidades hostis ao galope do capital hegemônico (Santos, 2008: p. 31).

Chesnais (2008) explica que a desregulamentação encerrou os poucos mecanismos reguladores criados após II Guerra Mundial, inaugurando um capitalismo desregulamento, com um mercado verdadeiramente mundial.

Inaugurou-se um cenário de enfraquecimento da ideologia nacional, diante das constantes associações de capitais oriundos de nações distintas. O Estado não perdeu pujança, apenas teve sua atuação (res)significada, passando a operar abertamente em nome da primazia da valorização do capital – e não em nome da famigerada insígnia do “desenvolvimento” das economias nacionais – e os preceitos do *Welfare State* –, como outrora. Em substituição a esta, a ideologia da globalização foi insuflada e com ela uma atuação sistemática para o desmonte de todo o aparato jurídico-estatal (superestrutura) que impusesse limites à

extração do trabalho excedente: um Estado neoliberal. Este, (res)significado sob o capitalismo internacionalizado, consiste numa ampla superestrutura que articula, contraditoriamente, as aspirações distintas das formações sociais em nome da continuidade do processo de valorização do capital.

Funcional ao interesse do capital o Estado viabiliza a ordem reprodutiva sociometabólica do capital gerenciando o controle dos antagonismos, não mais sob o modelo do Estado regulacionista do bem estar, mas a partir da lógica fetichista do mercado (Conceição, 2013: p. 100).

Mascaro (2013) explica que as hierarquias dos Estados diante do poder de suas economias não desaparecem na contemporaneidade, mas estão plasmadas nos interesses mundiais de valorização do capital.

As mudanças do capitalismo contemporâneo, a partir da década de 1970, fazendo com que o capital se estabelecesse ainda mais como um superpoder para além dos Estados nacionais, não só enfraquece relativamente os Estados como também instaura uma dinâmica própria nas suas relações internacionais. As hierarquias entre Estados se apresentam agora insculpidas em condições que dependem de uma decisão internacional do capital, o que se encontra para além das tradicionais forças internas, até então quase sempre advindas do poder militar, das forças produtivas próprias ou das vantagens geográficas e naturais. Mas, mesmo nessa fragilização relativa, os Estados não perdem seu papel

de plexo condensador da reprodução do capital. Ainda que as decisões de investimento sejam deslocadas dos Estados para o capital internacional e que o poder militar se restrinja à polícia, rebaixando o perfil da política nacional, mesmo assim os Estados continuam a conformar e a garantir a dinâmica do capital (Mascaro, 2013: p.106).

Este fato endossa a importância assumida pela escala mundial na conformação de condições objetivas para a acumulação internacionalizada de capitais e a imprescindibilidade do Estado nesse contexto.

O Estado [...] terá sua função alterada. Serão preservadas suas incumbências de coerção e legitimação, mas numa atuação distinta. A ele, já não mais serão delegadas as tarefas pela promoção parceira do crescimento econômico e do bem-estar da população. Através das teses de Friedrich Hayek e Milton Friedman, se propagará a ideia de um Estado mínimo. Isso significa a redução do alcance das ações estatais, ou seja, uma mudança de enfoque em sua atuação, onde as famosas políticas sociais, materializadas no Welfare State, deveriam ser veementemente desmanteladas, mantendo, entretanto, o apoio incondicional aos monopólios do capital e à ciranda financeira (Lima, 2012: p. 108).

Ressalta-se que o Estado continuou agindo na escala local e nacional como suporte às operações produtivas e financeiras, regulando a classe trabalhadora e promovendo uma política fiscal e monetária deliberadamente em favor das finanças, a exemplo do discurso altissonante em prol do combate à inflação, por meio da elevação da taxa de juros ou, ainda, por meio da economia do endividamento baseada na venda de títulos da dívida soberana.

O envolvimento do Estado surge em parte porque tem de ser encontrados os meios coletivos para fazer o que os capitalistas individuais não podem razoavelmente fazer e, em parte, porque a luta de classes requer as mediações do aparato do Estado para qualquer tipo de investimento ser feito em áreas socialmente sensíveis. O envolvimento assume uma nova forma quando é reconhecido que esses investimentos podem ser tanto produtivos (no sentido de melhorarem as condições sociais para a criação de mais-valor) quanto estabilizadores (no sentido do manejo da demanda efetiva durante um longo período) (Harvey, 2013: p. 513).

Assim, face ao exposto, podemos afirmar que o capital financeiro conquistou definitivamente a hegemonia da economia mundial, ordenando o espaço e a escala de modo a atender prioritariamente suas vontades. A singularidade do capital financeiro, na presente quadra da história, é que sua dimensão fictícia assumiu proporções sem precedentes. Buscando oferecer uma dimensão do grau especulativo que assumiu a economia a partir do final da década de 1970, Kurz (2004) descreve o exponencial crescimento do índice Dow Jones da Bolsa:

Desde sua criação no ano de 1900, ele precisou de 66 anos para tangenciar fugazmente o nível dos mil pontos. Durou mais 16 anos até que, em 1982, esses mil pontos fossem ultrapassados em definitivo. Desde o início da nova “economia do faz-de-conta”, ele não encontrou mais obstáculos: em 1995, o Dow Jones já batia 4.000 pontos – em 13 anos, portanto, ele quadruplicou o volume alcançado nos 82 anos anteriores. O salto quantitativo só ocorreu, porém, na segunda metade dos anos 90: em 1996, o Dow Jones montou a 6.000 pontos; em fevereiro de 1997, a 7.000; em julho de 1997, a 8.000; em 1998, a 9.000; e em meados de 1999, pasmem, a 11 mil pontos (Kurz, 2004: p.189).

Obviamente que o capital fictício, enquanto dimensão do capital financeiro, já operava desde o surgimento do imperialismo, entretanto, o capital portador de juros, ainda detinha a primazia dos investimentos financeiros na economia mundial, pois os limites para a valorização do valor no processo produtivo ainda não estavam tão evidentes. Foram as dificuldades para o processo de reprodução ampliada do capital – registradas desde o alvorecer da década de 1960 e ampliadas desde os albores da década de 1970 – que conferiu maior protagonismo do capital fictício, gestando um verdadeiro processo de financeirização da economia mundial. Neste sentido, a

[...] financeirização correspondeu ao esgotamento de condições excepcionais durante aquelas décadas do pós-guerra, sendo portanto, a continuação do funcionamento do sistema; o capital se hipertrofiou na esfera fictícia financeira por conta de dificuldades de valorização na produção [...] (Dantas, 2009: p. 64).

Vive-se, portanto, um período em que o capital financeiro, conjugado pela sua face mais perversa, rentista e parasitária, o capital fictício, domina a sociedade capitalista. Os operadores (*players*) do capital fictício atuam na compra de títulos na bolsa, fundos de investimento, fundos de pensão e demais dispositivos patrimoniais, buscando a máxima valorização do capital, independente da saúde geral da produção de mais-valor. A respeito disso, Kurz (2003) explica que a reciclagem de crescentes massas de capitais fictícios à revelia da produção real constitui o corolário fundamental de sua valorização em escala mundial.

Os *players* têm propósitos os mais “umbilicais” e imediatos possíveis e sempre estão apostos para mover rapidamente seus investimentos de curto prazo a logradouros mais vantajosos. Ademais, contam com a segurança jurídica

oferecida através acordos internacionais, protegidos pelas instituições financeiras “multilaterais”, a exemplo do FMI e Banco Mundial. É a volatilidade do capital financeiro ao grau máximo.

Sem dúvida, essa característica da economia capitalista imperialista, ensejada no final do século XX, elevou a escala mundial a um patamar de grande relevância, fazendo com que a mesma determine as políticas de cunho nacional e local nos países.

A uma escala mundial corresponde uma lógica mundial que, nesse nível, guia os investimentos, a circulação das riquezas, a distribuição das mercadorias. Cada lugar, porém, é ponto de encontro de lógicas que trabalham em diferentes escalas, reveladoras de níveis diversos, e às vezes contrastantes, na busca da eficácia e do lucro, no uso das tecnologias do capital e do trabalho. Assim se redefinem os lugares: como ponto de encontro de interesses longínquos e próximos, mundiais e locais [...] (Santos, 2008: p. 18).

Como explica Oliveira (2003) o mercado capitalista é implacável, tanto é que ele mundializa o nacional, destruindo as bases deste e lançando-o na rede de produção capitalista em escala mundial.

Essa relação inter-escalar amplia o território de valorização do capital, pois torna sistemática a migração espacial e escalar do capital não somente para os investimentos produtivos, mas, sobretudo, para a mera especulação. Aliás, cumpre sublinhar, o fortalecimento da escala mundial, ainda que marcadamente impulsionada pelo florescer das atividades financeiras – e sua dimensão mais (ir) racional, o capital fictício – não significa o rebaixamento da imprescindibilidade do capital produtivo. Pelo contrário, embora seja nítida a crise de superprodução

do capital, a interpenetração de investimentos, emanados de diferentes rincões do planeta, também direcionou e impulsionou as imobilizações produtivas das corporações monopólicas, exigindo a máxima remuneração ao capital portador de juros. Dessa feita, as corporações monopólicas estiveram sempre em movimento, buscando superar o excesso de capitais por meio da construção de condições extraordinárias de auferição do trabalho excedente e, nesse sentido, igualizando e diferenciando o espaço geográfico. Um exemplo gritante desse processo é a fuga em massa do capital produtivo, ancorada nas atividades automobilísticas da conhecida “capital” do automóvel nos Estados Unidos, Detroit, em direção à China. Ou, ainda, os vultosos investimentos produtivos radicados em tecnologia de comunicação na Índia.

Em resumo, o cenário econômico delineado nas últimas décadas do século XX, caracterizado pelas dificuldades de valorização do valor, recrudescer o caráter imperialista do capitalismo, inscrito na hegemonia do capital financeiro e na sua máxima valorização. Assim, compreende-se que a escala mundial de acumulação de capital detém a primazia na determinação das totalidades locais/nacionais.

CONCLUSÃO

Buscou-se nesse escrito decodificar a atualidade do processo de reprodução espacial do capital, enquanto formador da singularidade/totalidade do imperialismo contemporâneo. A mundialização do capital, balizada pela reestruturação produtiva, flexibilização das fronteiras e desregulamentação do trabalho, rompeu com as restrições impostas pelo Acordo de Bretton Woods à mobilidade espacial do capital.

Desde o último quartel do século XX, tem-se verificado uma mobilidade espacial do capital cada vez maior. Os Investimentos Externos Diretos para a exploração do trabalho abstrato em outras formações sociais, articulado à maiúscula autonomização da valorização do capital (D-D') imprimiram uma dinâmica *sui generis* ao modo de produção capitalista, sob a hegemonia do capital financeiro.

Como a autovalorização (D-D') é a tônica do capital financeiro, ele não mede esforços em assegurar uma migração interescalar com o fito de auferir taxas de lucro superiores. Assim, o processo de acumulação do capital, definitivamente, rompeu com os limites nacionais, transitando em diversas escalas geográficas (local/nacional/global) e possibilitando uma verdadeira acumulação espacial do capital em escala mundial.

Estes elementos conformam o imperialismo contemporâneo. Trata-se de um interregno do modo de produção capitalista, assinalado pela atuação das corporações empresariais monopólicas para a valorização de seus ativos, por meio de um deslocamento espacial constante e volumoso dos fluxos de investimento (produtivos e, sobretudo, financeiros) entre as escalas. A escala mundial adquiriu a primazia na direção dos fluxos, uma vez que os *players* de distintos países exigem rapidez no repasse de seus dividendos e recrudescem o caráter fugidio do capital financeiro, através de intensos movimentos de entrada e saída de capitais em um país.

Portanto, pode-se afirmar que dinâmica espacial escalar de acumulação de capital no imperialismo contemporâneo foi ressignificada, com uma interpenetração de distintos investimentos, provenientes de várias formações sociais, que ampliam substancialmente o território de valorização do capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMIN, S. (1975). **El desarrollo desigual: ensayo sobre las formaciones sociales del capitalismo periférico**. Samir Amin. Barcelona: Editorial Fontanella. 392p.
- BEHRING, E. R. (2012) Rotação do capital e crise: fundamentos para compreender o fundo público e a política social. In SALVADOR, Evilasio [et al]. (orgs). **Financeirização, fundo público e política social**. Editora Cortez, São Paulo: p. 153-180.
- CARLOS, A. F. A. (2011). **A condição espacial**. São Paulo: Contexto. 160p.
- CHESNAIS, F. (1996) **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã. 335p.
- _____. (2008). **O capitalismo tentou romper seus limites históricos e criou um novo 1929, ou pior**. In:
<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/O-capitalismo-tentou-romper-seus-limites-historicos-e-criou-um-novo-1929-ou-pior%0D%0A%0D%0A/7/14341>
- CONCEIÇÃO, A. L. (2013). Estado, capital e a farsa da expansão do agronegócio. **Revista Meridiano**, n. 02, p. 81-104. In: <http://www.revistameridiano.org/n2/05>
- DANTAS, G. (2012). **Breve introdução à economia mundial contemporânea: acumulação do capital e suas crises**. Brasília: Ed. do Autor. 204p.
- HARVEY, D. (2009). **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola. 201p.
- _____. (2013). **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo. 592p.
- HOBSBAWM, E. J. (1995). **A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras. 598p.
- _____. (2013). **Nações e nacionalismo desde 1870: programa, mito e realidade**. São Paulo: Paz e Terra. 230p.
- KURZ, R. (2003). **A guerra de ordenamento mundial. O fim da soberania e as metamorfoses do imperialismo na era da Globalização**. In: <http://www.obeco-online.org/rkurz133.htm>. 446p.

- _____. (2004). **Com todo vapor ao colapso**. Juiz de Fora: Editora UFJF. 296p.
- LIMA, L. G. (2012). **Despindo o estratagema das políticas de desenvolvimento territorial no Alto Sertão Sergipano: o (des) mascaramento da territorialização do capital por meio da sociabilidade reificante**. Fortaleza: Editora do Banco do Nordeste. 208p.
- MARX, K. (1981). **A origem do capital: a acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Global. 140p.
- _____. (2011). Formas que preceden a la producción capitalista. In: MARX, K.; HOBBSAWM, E. J. **Formaciones Económicas Precapitalistas**. Ciudad de Mexico: Siglo Veintuno. 119p.
- MASCARO, A. L. (2013). **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo. 136p.
- MÉSZAROS, I. (2009). **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo. 1102p.
- OLIVEIRA, A. U. D. (2003). Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Terra Livre**, ano 19, v. 2, n. 2. p. 113-156.
- SANTOS, M. (2008). **Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 176p.
- SILVA, L. R. D. (2001). **A natureza contraditória do espaço geográfico**. São Paulo: Contexto. 104p.
- SMITH, N. (1988). **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço**. Tradução: Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 220p.